

Nova lei já será aplicada

Os deputados que forem cassados e mesmo os que renunciarem a seus mandatos, tentando fugir às acusações de venda de suas filiações partidárias ou de envolvimento no esquema de corrupção para manipular o Orçamento da União, não vão escapar de processos por crimes comuns, previstos no Código Penal, e serão as primeiras vítimas da Lei 8.429/92, que pune o enriquecimento ilícito no exercício do mandato.

Enquanto os processos de cassação podem durar menos de três meses, os de ordem criminal vão se arrastar, no mínimo, por dois anos. O procurador-geral da República, Aristides Junqueira, quer começar logo os processos administrativos, a fim de impedir que os parlamentares afastados por enriquecimen-

to ilícito possam concorrer às eleições do próximo ano. Pelo Artigo 12 da Lei 8.429/92, os responsáveis por atos de improbidade administrativa estão sujeitos à suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, entre outras penas severas.

Lentidão — O processo de cassação dos deputados, cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar, dá aos acusados prazo de cinco sessões para apresentar defesa e indicar provas. Terminado esse prazo, a Comissão de Constituição e Justiça determina as diligências necessárias, ao fim das quais deve proferir parecer no prazo de cinco sessões. Quarta-feira terminou o prazo para a apresentação de defesa dos três deputados acusados de terem negociado, em dólares, suas filiações partidárias — Onaireves Moura, Nobél Moura e Itsuo Takayama, todos do PSD. Só agora será indicado o relator da matéria.

O procurador-geral da Repú-

blica pode ou não aguardar a esperada cassação dos mandatos destes três deputados para denunciá-los por crime de corrupção passiva e enriquecimento ilícito. Sem mandato, eles ficam sem imunidade parlamentar, embora continuem a gozar do foro especial do Supremo Tribunal Federal.

Para se ter uma idéia da lentidão de processo criminal de ex-deputado, basta o exemplo do deputado Gustavo de Faria, que renunciou ao mandato em abril de 1990, quando a Câmara resolveu cassá-lo por crime de apropriação indébita, pois, na presidência do Instituto de Previdência dos Congressistas, negociou, em seu favor, títulos mobiliários, fazendo uso do patrimônio da instituição.

O processo criminal do ex-deputado começou, no STF, no dia 29 de agosto de 1989, há mais de quatro anos, antes da fase final de seu processo de cassação.